

## CONJUNTURA

# Um Oceano produtivo e explorado de forma sustentável: A pesca sustentável no litoral Paulista



Cintia Miyaji

**T**odos os dias, temos contato com diversas e incontáveis fontes de informação e novos termos e conceitos nos são apresentados. Alguns invadem nossas vidas como tsunamis, nos engolem e quase de imediato são incorporados ao nosso repertório cotidiano. Alguns batem com menos intensidade, mas com tamanha frequência, como marolinhas na areia, que permanecem no nosso inconsciente, e de repente, quando menos esperamos, estão lá, aparecem no meio das nossas frases e textos.

A Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável lista entre seus resultados esperados um "Oceano produtivo que suporte uma cadeia alimentar sustentável e uma economia oceânica sustentável" (MCTI, 2021). Mas afinal, é possível definir uma pesca sustentável?

Especialistas afirmam que nomear os sentimentos e criar novos vocábulos para tipos de violência específicas ou escolhas sexuais, por exemplo, nos ajuda a entendê-los melhor e até a buscar quem possa compartilhar experiências

semelhantes conosco e nos acolher em grupos de apoio ou grupos de ação, quando tivermos que lutar por reconhecimento.

Mas, e quando os nomes e expressões estão tão sedimentados em nossas mentes que nem mais sabemos direito a que se referem, ou então, temos uma percepção pessoal sobre o que devem significar e isso é o suficiente para seguirmos utilizando-as?

Acredito que seja assim com a pesca sustentável e deve ser assim para muitas outras ações "sustentáveis". A dificuldade na conceituação é tão grande, complexa e cheia de meandros, que ao gerar uma grande quantidade de perguntas sem respostas, permite que se criem brechas, rupturas e desvios na sua construção. E assim, alguns optam pelo simples "atalho" de considerar que pesca e sustentabilidade são conceitos incompatíveis.

Então vamos começar pelo conceito oposto. Se perguntarmos a alguém qual seria o contrário de pesca sustentável, quase sem hesitar, a maioria responderia: "pesca predatória!". Do ponto de vista biológico, toda pesca exercida por seres vivos representa um ato de predação. Quando pescamos para nos alimentar, estamos agindo como pre-

**Palavras-chave:** Pesca sustentável, litoral paulista, Oceanos

dadores e o pescado é nossa presa. Ecologicamente, simples assim! Mas, nos habituamos ao uso do termo predatório com uma conotação negativa, como algo ruim, inconcebível, até desumano.

Muitas são as justificativas utilizadas para condenarmos a pesca de tubarões (comercialmente chamados de cações), mas invariavelmente se menciona o argumento de que eles são predadores de topo e que a retirada de indivíduos das populações naturais causaria efeitos devastadores sobre toda a cadeia alimentar. Ou seja, usamos o argumento de que os tubarões são predadores, com um viés positivo para o tubarão (o predador) e negativo para quem pesca (que predador). Vejam que não se trata aqui de tomar partido de um ou outro, apenas de questionarmos a clareza na utilização dos conceitos.

Em um ambiente ecologicamente equilibrado, os predadores têm papéis essenciais na manutenção dessa estabilidade. A história da reintrodução de lobos no Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1995, ocasionou resultados inesperados. Apenas recentemente, pesquisas demonstraram a importância desses predadores na manutenção de todo o ecossistema, não apenas de seus componentes vivos ou de suas presas, mas também de toda a paisagem. A presença dos lobos ocasionou efeitos no que os ecólogos chamam da cascata trófica, e seus resultados foram observados até no curso dos rios (BESCHTA e RIPPLE, 2019).

A retirada de indivíduos adultos que já se reproduziram, seja por causas naturais ou pela ação humana, pode gerar um efeito de controle populacional que diminui a competição e aumenta a disponibilidade de alimentos para os que ficam, e estes se tornam mais saudáveis e mais aptos a se reproduzirem de forma eficiente, gerando um aumento populacional em médio prazo. Nesse sentido, em inúmeros casos, a pesca exercendo o papel de predação pode resultar em um cenário positivo para o ecossistema como um todo.

Então, seria a “pesca predatória” realmente o contraponto à “pesca sustentável”?

Existe também a expressão “pesca ilegal, não reportada e não regulamentada”, da sigla em inglês IUU (illegal, unreported and unregulated), reconhecida globalmente e por importantes órgãos internacionais, mas que se aplica a uma ampla gama de situações. Se, e somente se, houvesse um marco legal abrangente, claro e conciso, poderíamos simplesmente categorizar as pescarias como legais ou ilegais.

Mas ainda assim, embora a ilegalidade seja uma condição excludente para a sustentabilidade de qualquer atividade, uma pesca legalizada não é necessariamente uma pesca sustentável. Então chegamos novamente à complexidade de se definir a sustentabilidade da atividade pesqueira.

Podemos considerar, inicialmente, a sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista da espécie

capturada, a pesca sustentável é aquela realizada em níveis que permitam a recuperação das populações, de maneira que se mantenham em patamares que viabilizem a sua exploração pela nossa e pelas futuras gerações. Isso significa não retirar indivíduos em excesso, a ponto de comprometer os processos reprodutivos e de crescimento dessas populações.

Mas além dos recursos principais ou espécies-alvo, muitas pescarias capturam outras espécies de forma não seletiva. Por exemplo, uma armadilha com um tamanho, formato e isca específicos, tende a atrair apenas a espécie a que foi direcionada; já uma rede deixada à deriva pode capturar tudo o que tentar passar por ela e nela se enroscar. Algumas das espécies capturadas incidentalmente podem estar ameaçadas de extinção, como é o caso de albatrozes, baleias e tartarugas, entre outros. Nesses casos, a sustentabilidade da pescaria tem que ser considerada pelo conjunto de impactos que ocasiona em todas as espécies capturadas.

Existem artes de pesca que, para capturar o pescado, impactam o ambiente onde são utilizadas. As redes de arrasto de fundo são um exemplo extremo, pois revolvem o substrato do fundo do oceano, o que além de eventualmente arrancar os organismos que lá estejam fixados, como corais e esponjas, podem liberar para a coluna d'água, substâncias nocivas ou formas de carbono que antes permaneceriam imobilizadas e inertes. E nesse ponto, a questão da sustentabilidade da

pesca toma proporções globais quando se insere no contexto do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Mas, mesmo considerando-se em profundo detalhe cada um desses componentes ambientais na avaliação de sustentabilidade de uma pescaria, ainda assim não conseguiríamos chegar a um veredito final satisfatório, pois como atividade extrativa, a pesca exige uma estrutura coerente de governança e decisões firmes de gestão e fiscalização. Uma gestão que adote uma visão holística e integradora, depende também de uma abordagem social participativa, inclusiva e equitativa.

Do ponto de vista da sustentabilidade social, a pesca tem que lidar ainda com as questões trabalhistas. Contratos de trabalho legitimados, direitos trabalhistas assegurados, como jornada de trabalho, pagamento de horas extra, acesso a equipamentos de segurança pessoal, entre outros, são ainda assuntos que apenas tangenciam as discussões. E se mudarmos a escala da abordagem, ultrapassando a fronteira da atividade pesqueira em si, para a cadeia produtiva do pescado, muitas dessas questões tornam-se ainda mais sensíveis e impactam a sustentabilidade econômica da atividade.

Mas diante de tamanha complexidade, o que eu e você, como residente da Macrometrópole Paulista (MMP) temos com tudo isso? Como nossas ações podem mudar ou impactar o cenário da pesca sustentável no litoral da

MMP e assim contribuir para vencermos os desafios e alcançarmos os resultados esperados pela Década do Oceano?

A excelente notícia é que nenhum outro local do país reúne tantos atributos capazes de garantir um pescado sustentável para seus habitantes como a MMP. Cerca de metade da área costeira do litoral do Estado de São Paulo integra as Áreas de Proteção Ambiental Marinhas dos Litorais Sul, Centro e Norte (APAMLS, APAMLC e APAMLN), que são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Para tal, elaboraram e aprovaram seus Planos de Manejo de forma participativa através de seus Conselhos Gestores. Dessa forma, toda a pesca artesanal desembarcada em São Paulo vem de áreas onde há uma governança estabelecida e um regramento no uso e exploração dos recursos pesqueiros. Do ponto de vista do monitoramento, o Estado de São Paulo executa, desde a década de 40, a coleta e análise dos dados de desembarque através do Instituto de Pesca, sendo o único estado brasileiro a contar com uma série histórica de dados dessa natureza. O estado conta também com uma malha logística bem estruturada e organizada, com diversas plataformas de inspeção animal aptas a garantir a melhor qualidade dos produtos e evitar as perdas e desperdícios ao longo da cadeia.

A notícia não tão boa assim é que faltam ainda formas de orga-

nizar esses dados, para que sejam selecionadas as melhores práticas que permitam "traduzir" essa complexidade de parâmetros, em uma linguagem simples e acessível a quem consume. Falta encontrar formas eficientes de comunicação que promovam a valorização e priorização do pescado sustentável. Falta conseguir garantias de que a informação de origem não seja perdida ao longo da cadeia, permitindo a rastreabilidade do pescado, desde a sua captura até a mesa do consumidor. Falta criar incentivos de mercado para que a pessoa que pesca faça "a coisa certa" e se sinta valorizada e premiada para seguir melhorando e incentivando seus pares a fazer o mesmo.

Objetivamente, falta provocar mais paulistas a questionar a sustentabilidade da produção do pescado que consomem. Com orientação para fazerem as perguntas certas, procurarem as melhores fontes de informação, e assim, conhecerem melhor e valorizar o pescado capturado localmente, pela pesca artesanal, respeitando a sazonalidade da sua oferta e se permitindo experimentar espécies como o carapau, a sororoca, a guaivira, a oveva, o peixe-espada e o pargo-rosa, entre tantos outros. E dessa forma, contribuir para a manutenção sustentável de uma atividade econômica, social e cultural que garante a segurança alimentar e nutricional de milhares de paulistas, que atuam direta ou indiretamente na atividade pesqueira.

## Referências

BESCHTA, R.L.; RIPPLE, W.J. Can large carnivores change streams via a trophic cascade?. *Ecohydrology*. 2019; 12:e2048. <https://doi.org/10.1002/eco.2048>

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2021. 21p. Disponível em <http://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Nacional-de-Implementa-c%CC%A7a%CC%83o-da-De%CC%81cada-da-Cie%CC%82ncia-Ocea%CC%82nica-links.pdf>

